



## A LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL E A VIOLAÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNERO: A REPRODUÇÃO DO MACHISMO ESTRUTURAL NAS RELAÇÕES FAMILIARES E NA LEGISLAÇÃO

Marília da Silva Borges, Tiago de Souza Fuzari.  
masilvaborges6@gmail.com, tiagofuzari.adv@gmail.com.

### RESUMO

O objetivo deste trabalho foi estudar a Lei de Alienação Parental, que teve origem a partir da Síndrome de Alienação Parental, desenvolvida por Richard Gardner, em 1985. A LAP foi criada para proteger os direitos fundamentais das crianças e adolescentes e para ser usada como instrumento à manutenção da saúde psíquica do seio familiar. A Associação de Advogadas pela Igualdade de Gênero (AAIG) ajuizou perante o Supremo Tribunal Federal a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 6273, com a finalidade de declarar a inconstitucionalidade da LAP, e afirma que a lei foi banalizada e tem sido utilizada para a opressão de mulheres. No decorrer deste trabalho foi analisada a Lei de Alienação Parental à luz da Constituição Federal, principalmente baseando-se no Princípio da Igualdade, bem como a igualdade de gênero na legislação brasileira com enfoque principal nos séculos XX e XXI e a possível discriminação de gênero na estrutura da LAP. A presente pesquisa foi de caráter bibliográfico, com natureza básica, qualitativa e exploratória, para análise da Lei de Alienação Parental e dos princípios constitucionais. Desta forma, ficou evidente a necessidade de mudanças no judiciário bem como na lei, para que haja uma diminuição da insegurança jurídica que rodeia o tema analisado, honrando o princípio constitucional da igualdade, bem como a proteção de crianças e adolescentes.



AS CONQUISTAS LEGISLATIVAS DAS MULHERES NO CENÁRIO JURÍDICO  
BRASILEIRO E AS CONTINGÊNCIAS DA LEI 11.340/06 COMO MECANISMO DE  
PROTEÇÃO À MULHER

RAPHAEL FAGUNDES CHAVES, ME. TIAGO DE SOUZA FUZARI

rafael\_fagundesc@hotmail.com, tiagofuzari.adv@gmail.com

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise histórica da evolução legislativa auferida pelas mulheres, na busca por autonomia e equidade, buscando se desvencilhar da cultura machista e opressora que vigorava na sociedade, tais mudanças da legislação foram preponderantes para a mudança do papel social da mulher, em uma sociedade em constante mudança de conceitos, que clamava por leis mais justas, dessa forma analisar-se-á os instrumentos legislativos no âmbito familiar e criminal frente às premissas constitucionais de igualdade de gênero. O objetivo deste trabalho visa analisar a consonância da legislação protetiva da mulher no contexto brasileiro, confrontando tais mecanismos de proteção instituídos na lei, frente as premissas constitucionais de igualdade, verificando-se a efetividade para tal objetivo. A metodologia analítica foi utilizada para embasar o presente trabalho, analisando-se pormenorizadamente argumentações doutrinárias, literárias e jurisprudenciais, apontando suas transições e evoluções. Desta forma, o presente trabalho tem como resultado demonstrar as conquistas legislativas das mulheres no século XX, verificar a mudança de perspectiva da mulher no âmbito familiar e a análise da consonância da LEI MARIA DA PENHA ante as premissas constitucionais de igualdade de gênero. As mudanças legislativas feitas pelo Estado deve demonstrar sua eficácia, trabalhando em suas deficiências de aplicabilidade, para atingir sua finalidade. O século XX foi um período que mulheres tiveram sua maior mudança no que tange ao seu papel social, este fato só foi possível através da evolução legislativa, que teve como objetivo desassociar a submissão das mulheres frente aos homens, buscando a igualdade de gênero que era ausente na legislação. O grande marco do início dessa evolução foi a inserção das mulheres na política, com o direito ao voto, veio a possibilidade de concorrer a cargos políticos, assim, as mulheres começaram a inserir pautas legislativas de cunho igualitário, algo jamais pensado na época, devido ao fato da sociedade ser composta e representada por homens que as tratavam de forma inferior, assim, após o ano de 1932, a legislação foi se tornando mais justa e igualitária, afastando-se das raízes preconceituosas e admitindo a igualdade entre os gêneros, de forma a não distinguir nas leis homens e mulheres. Após a elaboração do presente trabalho, foi possível analisar as evoluções legislativas pertinentes as mulheres, demonstrando-se a mudança de perspectiva do papel da mulher na sociedade e a consonância da lei LEI MARIA DA PENHA e sua aplicabilidade, através de análises literárias, doutrinárias e jurisprudenciais, sendo possível verificar-se o contributo da LEI 11340/06 para a igualdade de gênero. O presente trabalho contrapôs os mecanismos de proteção a mulher frente aos princípios constitucionais de igualdade, demonstrando a importância da LEI MARIA DA PENHA como garantidora da proteção à integridade física, moral, psicológica e patrimonial da mulher. Acredita-se que para a construção de uma sociedade mais justa, que não mais tolera qualquer forma de preconceito, a criação da LEI MARIA DA PENHA foi imprescindível para a transformação de uma nova estrutura da sociedade, assim o trabalho contribuiu para uma verdadeira percepção no



tocante à complexidade da violência contra a mulher, reforçando sua constitucionalidade, demonstrando a evolução legislativa da mulher no século XX, principalmente no âmbito familiar, que influenciariam à criação de mecanismos de proteção à mulher vítima de violência, de modo que o presente estudo torna possível uma compreensão mais sensível da realidade, colaborando com a conscientização e o enfrentamento da violência doméstica e familiar, a fim de se atingir a igualdade disposta na Constituição Federal.



## A POLARIZAÇÃO POLITICA COMO ENTRAVE PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA.

Francislene Pedro Martins, Tiago Fuzari.

Francislenemartiins@gmail.com

### RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de avaliar a problemática radicalização da polarização política no Brasil e seus efeitos na democracia brasileira. Serão abordadas algumas teorias, como a do comportamento intergrupar, para então deliberar sobre a influência que tal radicalização possui nos indivíduos presentes, politicamente. O método utilizado será o científico envolvendo uma abordagem indutiva, como pesquisas explicativas e formas bibliográficas. Espera-se com esse estudo um maior conhecimento sobre medidas de contenção para as consequências antidemocráticas que a radicalização inseriu no cenário político brasileiro.



## MEIOS DE ABREVIACÃO DA VIDA: UMA ANÁLISE DOS LIMITES ENTRE AUTONOMIA PRIVADA E PROTEÇÃO DO DIREITO À VIDA

Igor Gouvêa Mosti Gomes, Tiago de Souza Fuzari  
igormosti25@gmail.com, tiagofuzari.adv@gmail.com

### RESUMO

O trabalho teve como objetivo buscar uma melhor compreensão da relação entre a liberdade individual e o poder do Estado. Como pano de fundo tem-se a questão dos meios de abreviação da vida, em especial a eutanásia ativa. O conflito existente entre dois direitos fundamentais, direito à vida, e direito à liberdade, serve como principal ponto de partida para o estudo deste tema. Ao se analisar uma sociedade democrática, como a do Brasil, nota-se que todos os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal são igualmente importantes, não existindo, portanto, uma hierarquia entre eles. Realizando este estudo é possível encontrar meios como alternativa para a resolução deste conflito, uma vez que ao entrarem em atrito dois direitos fundamentais, um deles será escolhido em detrimento do outro.

Outro ponto chave para buscar essa conciliação é o estudo sobre o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, o qual serve como um termômetro para se chegar ao equilíbrio quando há colisão entre dois direitos fundamentais.

Inicialmente, para explicar o Estado e suas funções, foi feita uma busca pela sua origem. Não ao Estado em seus primórdios, mas à formação do Estado Moderno, que teve início entre os séculos XVI e XVIII, na Europa, durante o período das monarquias absolutistas. O trabalho segue toda a evolução do Estado desde esta época até o seu modelo atual. Em seguida, toda descrição do Estado, sua atuação e alcance. Para trabalhar a relação do Estado e do indivíduo, tem-se o Estado garantidor de direitos e sua relação com a autonomia privada.

Em seguida, o estudo se volta para os direitos fundamentais. É trazido o processo de formação dos direitos de primeira geração, bem como as concepções de direito à vida e à liberdade, analisando também situações que desencadeariam um possível conflito entre esses direitos. Depois tem-se a História e a definição e explicação de cada um dos meios de abreviação da vida. Em seguida é analisado direito comparado, trazendo um paralelo entre países que adotaram a eutanásia ativa e países que não a adotaram, e também a posição do ordenamento jurídico brasileiro sobre cada meio de abreviação da vida.

Por último, tem-se as posições favoráveis e contrárias à legalização da eutanásia ativa no Brasil. Há também a análise da dignidade humana sob a visão de Kant, bem como a questão da autonomia privada e o desenvolvimento do neokantismo no Brasil, terminando com a dignidade humana como sendo um norte para o Princípio da Vedação ao Retrocesso.

O objetivo principal foi o de chegar a uma solução para o conflito entre os direitos fundamentais. O resultado foi a conclusão de como um Estado socialmente desenvolvido deve tratar a questão. Analisando os países mais desenvolvidos nota-se que eles possuem maior naturalidade para lidar com a eutanásia do que países com índice de desenvolvimento humano menor.

Como metodologia para o trabalho, foi feita a pesquisa bibliográfica em livros e artigos sobre o tema, bem como a consulta a textos jornalísticos.